

# DESVENDADO OS DIÁRIOS SECRETOS: UMA ANÁLISE DO USO DOS CARGOS EM COMISSÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ (2006-2010), de Gabriel Tabatcheik<sup>1</sup>

Ana Crhistina Vanali<sup>2</sup>

- Enviado em 27/12/2015
- Aprovado em 24/01/2016

Em 2010 uma série de reportagens denunciou um esquema de desvio de dinheiro da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). A série intitulada “Diários Secretos” mostrava a contratação de funcionários fantasmas pelo Poder Legislativo do Paraná cujo rombo nos cofres públicos chegou a mais de R\$ 200 milhões. As investigações da reportagem mostraram que as nomeações de funcionários fantasmas percorriam, aparentemente, todos os trâmites normais dentro da ALEP. Desde a indicação até a publicação das nomeações, tudo passava pelos diretores e pela Mesa Executiva da Casa, da qual Justus era o presidente e Curi o primeiro-secretário. O problema estava na forma como essas nomeações eram feitas. Muitos dos funcionários jamais foram trabalhar na Assembleia. Germina Leal de Matos era uma dessas pessoas. Em nome dela, foram desviados cerca de R\$ 3 milhões. Apesar de todo esse dinheiro, a mulher vivia com a família em uma situação precária. Ela emprestava os documentos em troca de R\$ 150 mensais. Como ela, centenas de pessoas foram envolvidas no esquema e foram "contratadas" pela ALEP, sem nunca terem pisado nos corredores do Legislativo do Paraná. As nomeações eram publicadas em Diários Oficiais da Assembleia com circulação mínima, que nunca chegavam às mãos da população.

<sup>1</sup> Dissertação de mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor Ricardo Costa de Oliveira dentro da linha de pesquisa Sociedade e Estado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR e defendida em 2015. Versão integral disponível em <http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/agenda/banca-de-defesa-de-dissertacao-de-gabriel-tabatcheik-dia-2704-as-14h00/>.

<sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: anacvanali@yahoo.com.br

A reportagem investigativa foi conduzida durante dois anos pela RPC TV e pelo jornal Gazeta do Povo. A reportagem recebeu vários prêmios nacionais e internacionais e gerou várias mudanças também na estrutura da ALEP. Hoje, além da publicação dos atos nos Diários da Assembleia, a ALEP conta atualmente com um portal da transparência, que aponta todos os gastos e atos tomados pela administração do Legislativo. Na página<sup>3</sup>, os cidadãos também podem conferir os nomes e salários de todos os servidores que atuam na Casa e até as listas de presença dos deputados que participaram das sessões convocadas.

Um dos jornalistas da equipe que realizou a reportagem, Gabriel Tabatcheik, defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR em abril de 2015. O tema central da dissertação foi demonstrar como ocorria o sistema de uso dos cargos em comissão da ALEP. Uma vez que esses cargos em comissão são cargos públicos, de livre nomeação, sem necessidade de concursos públicos o autor demonstra como eles eram utilizados para atender interesses pessoais dos parlamentares. O ponto de partida da pesquisa foi a série de reportagem “Diários Secretos” e aqui podemos colocar a questão: como fazer o uso do material jornalístico na pesquisa acadêmica? Essa também foi uma preocupação e uma das reflexões apresentadas na dissertação pelo autor. Depois de mais de dois anos debruçado (juntamente com os outros três jornalistas) no levantamento, tabulação e análise dos dados fornecidos pelos Diários da Assembleia, da vinculação da série de reportagem, da repercussão que teve na sociedade nacional e internacional, o autor fala ter sentido a necessidade de fazer uma análise mais profunda do banco de dados que serviu de base para a reportagem. Se o objetivo do trabalho jornalístico fora atingido - que foi a denúncia e a exposição dos dados públicos escondidos até então - agora era necessária uma reflexão mais aprofundada para poder explorar ainda mais a riqueza das informações contidas nessa base de dados e poder demonstrar como ocorria esse sistema de uso dos cargos de comissão, agora com a contribuição analítica das ciências sociais.

Através de categorias de análise como a questão da confiabilidade, do sistema de reciprocidade, do nepotismo, do familialismo, da formação de redes políticas para atender interesses pessoais, o autor nos fornece a estrutura do sistema de uso de cargos em comissão identificando três tipos ideais do uso dos sistemas. O primeiro tipo de uso seria o sistema político, ou seja, o aparelhamento das lideranças locais pelos deputados estaduais para a criação e manutenção de suas bases eleitorais. A irregularidade nesse tipo de uso está no fato de se usar dinheiro público para se fazer atividade política de interesse privado do parlamentar pela montagem de redes políticas através da atuação do comissionado que garante os dividendos políticos. O deputado se faz presente e se mostra presente por meio da articulação do

<sup>3</sup> <http://www.alep.pr.gov.br/transparencia/>

comissionado que mantém e potencializa a rede política do parlamentar. Ainda nesse primeiro tipo de sistema o autor apresenta o que ele denomina de “clientelismo do clientelismo” que seria um deputado estabelecendo sua rede de influência com outros deputados. Uma vez que os deputados comuns possuem apenas algumas dezenas de cargos em comissão e os deputados membros da mesa executiva da ALEP possuem dezenas, esses podem “ajudar” os deputados comuns emprestando-lhes alguns cargos em comissão. Mas esse sistema é maleável, não goza de grande longevidade pois várias situações podem fazer com que o parlamentar desfaça a estrutura local ou mude o comissionado, sobretudo na época das eleições. O parlamentar nesse sistema político se apresenta como um municipalista, ou seja, ele ajuda o município e espera ser retribuído depois com votos. Em nenhum momento os parlamentares trabalham numa reforma administrativa para os municípios terem mais autonomia e não precisarem de um “deputado atravessador”, nem ficam apenas na sua função de discutir leis e fiscalizar o poder público, mas os parlamentares se colocam como representantes da região e por isso precisam do aparelhamento dos postos chaves através dos cargos em comissão. Esses comissionados criam a rede de solidariedade entre eles, atendidos e os parlamentares. O autor finaliza a explicação desse primeiro tipo de uso demonstrando como esse sistema de uso político dos cargos em comissão dificultam a renovação parlamentar pois os “novos” eleitos acabam sendo da mesma família ou dos grupos de aliados dos parlamentares que contam com essa estrutura, essa rede já montada.

O segundo tipo de uso dos cargos em comissão é o sistema econômico que tem o objetivo de levantar dinheiro encontrando pessoas confiáveis que devolvam os salários recebidos para os parlamentares, o que é crime. Esse sistema tem dois personagens centrais: o candidato a funcionário fantasma e o “conseguidor de nomes” que é a parte vital fazendo a roda do sistema funcionar, portanto, ele deve ser alguém qualificado pois ele tem que conseguir um nome de confiança, uma pessoa que não tem vínculo empregatício e que “não queira fazer nada” e que entregue seus documentos pessoais em troca de alguma vantagem financeira que deve ser mínima senão o sistema não será compensatório para o parlamentar. Geralmente o conseguidor de nomes utilizava os membros da própria família para conseguir o tipo ideal de funcionário fantasma que são as pessoas que não ficam com o salário, demonstrando a fidelidade do conseguidor com o parlamentar. O montante desse esquema da devolução dos salários dos funcionários fantasmas era utilizado pelos parlamentares para vários fins: enriquecimento, retribuição de favores aos apoiadores para se manter o sistema, nas campanhas eleitorais, para pagamento dos aliados nas comunidades, etc. O uso dos cargos em comissão pelos sistemas financeiro e político acabavam frustrando as possibilidades alternativas de outras pessoas de participarem da vida política pois já começavam na desvantagem de não possuir uma rede política bancada pelo dinheiro público.

O terceiro tipo de sistema é o misto. Ele não é o emprego dos sistemas político e financeiro juntos, simultaneamente (não que isso não ocorresse na prática) mas é um novo sistema que apresenta características dos dois sistemas anteriores: temos um comissionado escolhido por indicação política e que devolve parte do seu salário ao parlamentar. Nesse terceiro tipo é montada uma “caixinha de campanha” pelo comissionados que trabalham. Devolver uma parcela do salário ao parlamentar é o pré-requisito para trabalhar com o deputado, afinal esse precisa se reeleger para que o comissionado tenha seu cargo em comissão “garantido”. O autor faz algumas indicações sobre esse terceiro tipo de uso que precisa ter mais estudos aprofundados pois exige mais coletas de dados e acaba sendo um sistema de difícil comprovação, pois os comissionados teriam que participar fornecendo mais informações e detalhes. Depois da série de denúncias dos Diários Secretos este tipo de uso é a prática mais comum.

O autor também aborda as redes políticas identificadas do presidente e do primeiro-secretário da mesa executiva da ALEP do período estudo (2006-2009)<sup>4</sup>. O estudo das características dessas redes é que permitiu a construção dos três tipos de sistemas de uso dos cargos em comissão apresentados acima. Aqui o autor deixa a indicação para um estudo futuro, um assunto ainda não abordado em estudos anteriores sobre nepotismo e familismo – o estudo da rede de funcionários que são parentes entre si. Faltam estudos sobre a identidade desses pequenos nepotes presentes na ALEP.

No primeiro capítulo da dissertação o autor apresenta como foram os bastidores da produção da série de reportagem “Diários Secretos”, a montagem do banco de dados que serviu de base para as denúncias e a dificuldade em conseguir os exemplares dos Diários da Assembleia, esse documento público de difícil acesso, bem como da dificuldade inicial de se entender a lógica do discurso desse documento. Uma vez superada as dificuldades iniciais e com os dados sistematizados foi possível descobrir as famílias envolvidas e suas conexões e as redes de influências montadas. A base de dados contém em sequência numérica os atos do número 1 até último do período de janeiro de 2006 a março de 2009. Porém havia um “esquema dentro do esquema”, os Diários Avulsos, que não possuíam numeração, mas apenas a data e que não foram recuperados em sua totalidade. Mas dos poucos Diários Avulsos recuperados já pode-se constatar a sua extrema importância uma vez que “legalizavam as irregularidades” do uso dos cargos em comissão. Mas o fato de não ter sido possível recuperar os Diários Avulsos do período analisado não invalida a grande contribuição desse trabalho que é a apresentação do modus operandi, do labirinto dos Diários Oficiais da ALEP que utilizavam os cargos em comissão para formar redes políticas atendendo os interesses pessoais dos parlamentares.

<sup>4</sup> Nesse período o presidente era Nelson Justus e o primeiro-secretário Alexandre Curi.

Após seis anos das denúncias dos “Diários Secretos” e apesar da repercussão, que gerou movimentos pela ética na política dentro e fora do Paraná, pouco foi feito desde então. Das 33 pessoas presas inicialmente, apenas quatro ex-diretores da ALEP foram condenados: Abib Miguel, Claudio Marques da Silva, José Ary Nassiff e Daor Marins de Oliveira. Todos receberam penas acima de 18 anos de prisão em primeira instância, mas apenas Daor não conseguiu o benefício de recorrer da decisão em liberdade. Já os deputados Nelson Justus (DEM) e Alexandre Curi (PMDB), que comandavam a ALEP na época das nomeações denunciadas foram processados por improbidade administrativa. Porém, os processos contra os dois ainda não foram julgados e ambos ainda mantêm mandatos no Poder Legislativo paranaense.